

A HORTA DE MARK TWAIN – ENTRE O RELANCE E A REALIDADE*

CARLOS LOBÃO

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, as inovações nas comunicações à distância fizeram com que os Açores, graças à sua localização, desempenhassem “um papel fulcral na história do Atlântico”¹.

Seria neste contexto que a cidade da Horta se tornaria, mercê do seu abrigado ancoradouro e de ser geralmente a primeira terra a que tanto navios como tripulações “arribavam” depois de uma viagem por mar, num dos principais portos de articulação das comunicações marítimas que ligavam entre si as ilhas dos Açores e os dois lados do Atlântico.

A Horta passou a constituir como que o cenário para o encontro de viajantes, de movimentações de um lado para o outro e de experiências – são os homens da ciência (naturalistas) à procura de novas descobertas e espécies; os jornalistas à procura de reportagens; os doentes à procura de cura; os visitantes da família Dabney; os turistas à procura de paisagens exóticas e de lazer; as barcas baleeiras americanas à “procura” de tripulantes e de abastecimentos. Enfim, gente que acabaria por se prender ao Faial e aos Açores, não só pela beleza e pelo pitoresco das suas paisagens como pela maneira de ser dos seus habitantes.

Assim, a realidade social e cultural açoriana, de acordo com os gostos, as ideias e os valores dos visitantes que destacam as diferenças mais significativas e exóticas, “é observada com curiosidade, comparada e julgada com

* Comunicação apresentada ao Colóquio “Mark Twain – Um viajante *inocente?* – No centenário da morte do escritor” realizado na cidade da Horta no dia 22 de Outubro de 2010, organizado pelo Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Núcleo Cultural da Horta.

¹ Cf. António M. de Frias Martins, *Ilhas de Azul e Verde*, Ponta Delgada, Ribeiro & Caravana Editores, 1998, p. 132.

simpatia ou reprovação”², isto é, a redescoberta das ilhas dos Açores, as Ilhas Ocidentais ou *Western Islands* como passaram a ser designadas, estaria na origem da construção de uma visão nem sempre “politicamente correcta do viajante das ilhas”³, o que nos leva a salientar que as descrições sobre as ilhas e as suas gentes têm que ser entendidas “como uma visão do arquipélago entre muitas outras”⁴.

1. A VIAGEM DO *QUAKER CITY*

No dia 21 de Junho de 1867 – sexta-feira – arriba à baía da Horta, “para refrescar”, proveniente de Nova Iorque, e após onze dias de viagem, o vapor americano, de longo curso, *Quaker City*⁵, de 1 163 toneladas, de 450 cavalos, força, sob o comando do capitão Charles C. Duncan, trazendo a bordo além dos setenta tripulantes, oitenta passageiros, número aquém do inicialmente previsto⁶.

Depois de uma curta estadia, esta “excursão de prazer”, como refere o semanário *O Faialense* na sua secção “Noticiário”, deixaria a Horta, em lastro, com rumo ao Mediterrâneo – Europa e Terra Santa – no dia 23 do mesmo mês – domingo⁷ – naquele que constituiu um dos primeiros cruzeiros transatlânticos ou “com toda a probabilidade o mais famoso cruzeiro do século XIX”⁸.

² Rui Sousa Martins, “Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores”, *Patrimónia (Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural)*, 1999, Novembro (5), p. 35.

³ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre ‘politicamente correcta’ do viajante das ilhas)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, 1999, pp. 171-172.

⁴ Cf. Idem; João Paulo A. Pereira da Silva, “Os Açores em 1832. A Perspectiva do Comandante Edward Boid, Comandante Inglês e Romântico”, *Arquipélago. Número especial 1988: relações Açores - Grã-Bretanha*, p. 221.

⁵ Saiu de Nova Iorque às três horas da tarde do dia 8 de Junho – sábado. Arquivo do Museu da Horta, *Estação de Saúde da Horta*, Livro de Registo de Embarcações, 1862-1870 (3), fls. 60v-61. Mark Twain, *A Viagem dos Inocentes*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.

⁶ Sobre o assunto, ver *O Faialense*, 1867, Junho 30 (46), p. 4; Ricardo Madruga da Costa, “A Horta na Rota do mais famoso cruzeiro do século XIX”, *Horta*, s/l, Ediçor, 1997, pp. 22-32.

⁷ *O Faialense*, 1867, Julho 7 (47), p. 4.

⁸ Ricardo Madruga da Costa, *ob. cit.*, pp. 22-32.

O jornal *O Faialense* ao destacar a passagem do vapor americano pela Horta, refere algumas personalidades – “heterogénea colecção de pessoas”, segundo Roxana Dabney⁹ – que integravam o cruzeiro sem, no entanto, fazer qualquer referência a Mark Twain – pseudónimo de Samuel Langhorne Clemens (1835-1910) –, o que significa, em nosso entender, que a sua presença passou despercebida, desconhecida da maioria das pessoas, e os que tiveram conhecimento da sua presença também não lhe deram grande realce ou se o fizeram foi em círculos restritos. E a comprovar o que acabamos de afirmar, basta passar uma vista de olhos pela interessante descrição de Roxana Dabney sobre a passagem do *Quaker City* pela cidade da Horta onde não faz qualquer alusão ao escritor, o que não invalida que este não tenha visitado a *Fredónia*, uma das casas residenciais da família Dabney:

“Alice acordou-me perto das sete para me informar que ele tinha ancorado e às dez a sala estava completamente cheia. Levámo-los ao jardim e nunca vi pessoas mais delicadas com as flores, &c., pareciam desenfreados no seu entusiasmo. Um homem jovem teve sempre consigo o livro de apontamentos e observou quando eu lhe dava um pouco de verbena, ‘Estou a tomar notas porque sou correspondente de um jornal’”¹⁰.

Será que este o homem jovem é Mark Twain corresponde do jornal *Daily Alta Califórnia*, de São Francisco?

Esta viagem daria azo a uma reportagem fotográfica levada a cabo pelo fotógrafo galês William Evans James, conhecido pelo “Photographer for the *Quaker City* Excursion” ou o “fotógrafo que traziam” na expressão de Roxana Dabney, radicado nos EUA desde os seis anos de idade e ao livro de Twain *The Innocents Abroad* – 1869 –, em que dedicaria os capítulos V e VI aos Açores.

Isto quer dizer que os açorianos desde o século XIX, constituíram presença “assídua” na literatura norte-americana, mas nem sempre abonatória, porque, algumas vezes, as referências feitas eram marcadas pela ignorância e por preconceitos culturais e históricos. Mark Twain seria um desses estrangeiros que não foi capaz de compreender as realidades faialense e açoriana.

⁹ Roxana Dabney, *Anais da Família Dabney no Faial*, vol. 3, Horta, Instituto Açoriano de Cultura/Núcleo Cultural da Horta, 2006, pp. 321-325.

¹⁰ Idem, *Ibidem*.

2. MARK TWAIN E OS AÇORES

A maneira pouco lisonjeira com que Twain se refere ao açorianos, em geral, e aos faialenses, em particular, não passaria despecebida tanto na imprensa americana de expressão portuguesa como na faialense. Assim, pela leitura da edição de 28 de Agosto de 1888 do jornal faialense *Folha Insulana*¹¹, verificamos que “recorta” do jornal *Independente* o que este, por sua vez, transcrevia da *União Portuguesa*, da Califórnia sobre “o que o americano Mark Twain diz dos Açores num seu livro, ultimamente publicado”¹².

Depois de enumerar algmas das referências feitas aos açorianos – “A comunidade dos Açores é eminentemente portuguesa, quer dizer vagarosa, pobre, desamparada, sonolenta e preguiçosa. [...]. A gente mente e engana o estrangeiro, são de uma ignorância crassa e não têm grande reverência pelos mortos. Este último sentimento mostra quão pouco melhores são eles do que os burros com quem comem e dormem” – o articulista, certamente o seu responsável, Machado Serpa, no seu estilo peculiar não deixa de afirmar:

“O tal Mark, pelo visto, é dos tais que escrevinham cem baboseiras em duas linhas. Mas como ‘amicus Plato sed magis amica verita’ confessemos que, por entre o acervo de mentirolas avinhadas do sr. Mark, alguma coisa há de verdadeira. Não mente nos pontos por nós sublinhados, em que pese aos sentimentos de patriotismo avariado, de patriotice. Também é verdade que os açorianos comeram e dormiram com um burro enquanto o Mark cá esteve...”¹³.

Dos pontos sublinhados pelo articulista, e que este considera “alguma coisa há de verdadeira”, destacam-se a referência ao milho como a principal colheita, ao atraso agrícola, em que se desconhece o arado moderno e o debulhador mecânico, uma vez que era a debulha feita a pés de bois e ao uso do pesado carro de bois.

3. MARK TWAIN E A ILHA DO FAIAL

Anos depois, o jornal *O Telégrafo* na sua edição de 2 de Janeiro de 1903 (2 725, p. 1), publica, numa tradução de Roberto Mesquita, “A ilha do Faial julgada por Mark Twain (1867)”.

¹¹ Jornal fundado a 10 de Maio de 1888 por José Machado Serpa.

¹² *Folha Insulana*, 1888, Agosto 28(8), p. 2.

¹³ *Ibidem*.

É sobre este texto que nos vamos debruçar. Para o efeito, seleccionámos cinco aspectos, com o objectivo de estabelecer até que ponto “alguma coisa há de verdadeira” entre a imagem que Mark Twain nos descreve e a realidade faialense.

Nos primeiros três, o autor refere-se à cidade oitocentista enquanto território existencial e patrimonial.

Deste modo, contextualizando o texto à cidade da Horta somos confrontados, em primeiro lugar, com a condição de cidade atlântica o que reforça a importância da baía como porta principal de entrada: **“A ancorámos na baía da Horta, a meia milha de terra da Horta”**.

A baía da Horta, ampla e de forma arredondada, com excelentes condições de porto natural, fundo arenoso, é protegida a Sul pelos montes da Guia e Queimado e a Norte pela Espalamaca, tendo em “frente a ilha do Pico, que, actuando como quebra-mar, abriga o ancoradouro do vento sul, ao passo que a ilha de S. Jorge, mais distante, a defende das ventanias do noroeste”¹⁴, realidade geográfica assim apreendida por Osório Goulart: “Ao Sul a Guia, ao Norte a Espalamaca, / O Pico ali, São Jorge mais além, / E quanto neste quadro se destaca / É graça e luz que a minha Terra tem”¹⁵.

Em segundo lugar, a cidade inserida numa baía homónima, **“situada no regaço de um anfiteatro de colinas [...], não há aldeia que tenha o mais lindo e atraente aspecto”**.

A cidade da Horta ocupa a zona sudeste da ilha, “condicionada no sentido Norte/Sul” e dispõe-se em anfiteatro voltado a Nascente, delimitado, em todo o seu redor, pela existência de várias elevações naturais – Espalamaca e montes da Guia, Queimado, Carneiro e das Moças – que a agasalham das fortes tempestades e por duas abrigadas baías – Santa Cruz que a envolve em quase toda a sua extensão e Porto Pim. Isto que dizer que o corpo principal da cidade, disposto nestas encostas, estabelece, todo ele, fortes relações com o canal Faial-Pico, a comunidade do Canal, na feliz expressão de Tomás Duarte, com a baía e, depois, com o seu porto. Àquela chegava o mundo embarcado, o que levaria o visconde Castilho a afirmar que o insulano estava em dia com

¹⁴ Sobre o assunto, ver Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, 3.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, p. 147 (edição original em inglês de 1841, tradução de João Hickling Anglin).

¹⁵ Cf. Tomaz Duarte Jr., “Descerramento do Busto de Osório Goulart”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 8, 1985-1988 (1-2-3), pp. 57-60.

as publicações europeias, assistindo, embora longe, mas não indiferente ao movimento intelectual do mundo.

Em 1867, os limites da cidade da Horta eram, a norte, a ponte do Assanhado, na freguesia da Conceição; a sul, o portão de Porto Pim, nas Angústias; a leste a baía e a oeste a travessa de Santo António, na Matriz¹⁶.

Em terceiro lugar, Twain refere que a **“cidade tem oito a dez mil habitantes”** e que o Faial **“era uma ilha com apenas um punhado de pessoas – 25.000”**. De acordo com as fontes disponíveis sobre este assunto, verificamos que população da ilha do Faial em 1867 era de 25 027 habitantes, enquanto a da cidade da Horta atingia os 8 253 habitantes, assim distribuídos pelas três freguesias que a compõem – Matriz, Conceição e Angústias –, como se pode ver no QUADRO 1.

QUADRO 1

A população da cidade da Horta nos anos de 1866 e 1867

Freguesia/Ano	1866 ¹⁾	1867 ²⁾
Matriz	3 435	3 320
Conceição	1 811	2 031
Angústias	2 642	2 902
Total da Cidade	7 888	8 253
Total do Concelho	—	25 027

FONTES: ¹⁾ BPARH, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*, p. 4; ²⁾ *O Faialense*, 1867, Setembro 22 (6), p. 1.

Nos aspectos quarto e quinto, o autor leva-nos “ao encontro” dos vários ramos da vida económica, social e cultural que iriam mobilizar as autoridades locais e imprensa num esforço para encontrar solução ou programa de actuação mais adequado para os melhoramentos necessários. No caso presente: a construção da doca e as subsistências, quarto e quinto pontos, respectivamente, projectos entendidos como fundamentais para o desenvolvimento local.

Por isso, no seu relatório de 1867, o governador civil Santa Rita, depois de evidenciar que no ano anterior tinham entrado na baía da Horta 327 embar-

¹⁶ Sobre o assunto, ver BPAJG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*, p. 4; Francisco Garcia do Rosário, *Memória genealógica das famílias faialenses*, s.l., Instituto Açoriano de Cultura, 2005, pp. 171-172.

cações de 13 nacionalidades, para comércio, reparar avarias, tomar carvão e refrescar e depositar azeite e receber mantimentos, logo salienta que a “construção de um porto artificial afigura-se como um meio de engrossar esta fonte e de concorrer para a sua prosperidade”, porque cada vez mais se tinha consciência de que a baía constituía “um dos elementos mais importantes da riqueza da ilha”¹⁷.

Daí não estranharmos o pedido frequente para que no Liceu faialense fosse criada uma cadeira de náutica.

“Desembarcámos sob as muralhas de um pequeno forte [Santa Cruz]”: o local de desembarque a que Twain se refere, seria construído entre os anos de 1825 e 1827, junto à fortaleza de Santa Cruz, por ordem régia de 14 de Setembro de 1824, com o objectivo de colmatar os incómodos provocados ao comércio da ilha do Pico, “que todo ali labora”¹⁸.

Todavia, a partir da segunda metade do século XIX, é notória a ideia de que a construção de um porto artificial seria a única esperança para a renovação económica, prosperidade e engrandecimento da ilha e do distrito como se pode aduzir das palavras do governador supra. Esta pretensão, enquadrava-se perfeitamente “no espírito da Regeneração” que, ao privilegiar a actividade comercial, dava, por isso, a necessária prioridade ao investimento no sector dos transportes e comunicações¹⁹.

Por outro lado, ao ter-se consciência de que pela baía se assegurava a solução para a fome, como recorda *O Faialense*, na sua edição de 9 de Fevereiro de 1862, acerca da fome de 1859 – “Os habitantes desta cidade estarão lembrados da profunda sensação que lhes causou a entrada da barca ‘Azor’ no dia 18 de Julho do mesmo ano”²⁰ –, insistia-se no pedido da construção de um porto artificial na baía da Horta, assunto que passaria a ganhar espaço na imprensa faialense.

Deste modo, esta reivindicação, como outras, feita com insistência, levaria o deputado pelo círculo da Horta, Manuel Alves Guerra, a apresentar, na sessão

¹⁷ BPAJG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*, pp. 2-3.

¹⁸ Sobre o assunto, ver Artur Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, pp. 349-350.

¹⁹ Sobre o assunto ver *Relatórios Sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857*, “Governo Civil do Distrito Administrativo da Horta”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 14.

²⁰ Cf. *O Faialense*, 1862, Fevereiro, 9 (28), p. 1.

de 4 de Janeiro de 1862 da Câmara dos Deputados, um “Projecto de Lei” sobre o assunto que, depois de admitido, seria enviado à comissão das Obras Públicas, ouvida a da Fazenda. Dois anos depois – 1864 –, a proposta transformar-se-ia no Decreto de 20 de Junho, pelo qual o Governo era autorizado a construir um porto na cidade da Horta²¹. Ao mesmo tempo, estabeleciam-se as receitas necessárias para a amortização da dívida e previa-se a criação de uma Junta constituída por quatro membros, presidida pelo governador civil, que teria as seguintes atribuições: administrar os fundos destinados à construção da obra, pagar os juros e outras despesas e proceder à amortização do empréstimo²².

Apesar da satisfação patente na consulta da Junta Geral no ano de 1864, em que mais uma vez se reconhecia a importância da construção da doca, e de se considerar o decreto como um “acto grandioso”, só em 1876 é que as obras se iniciariam²³, depois de ter sido decretado o financiamento da obra pela portaria de 31 de Março de 1875. A construção da doca tornar-se-ia na primeira obra em que a cidade avançou sobre o domínio marítimo, conquistando-lhe tanto área aterrada como plano de água. Este grande gesto humanizador da paisagem marca a viragem, embora se deva ter em atenção a pequenez da ilha e as suas possibilidades, para o século XX com uma forte afirmação dos conceitos de modernidade, desenvolvimento e progresso.

Ao desembarcar Twain constatou que havia **“no cais um grupo de maltrapilhos, homens, mulheres, rapazes, raparigas, [...] e, por instinto, educação e profissão”, mendigos. Caminharam atrás de nós e enquanto estivemos no Faial nunca mais nos vimos livres deles”**.

Esta imagem de Twain – quinto aspecto – não é inédita, uma vez que algo de semelhante já tinha sido observado pelos irmãos Bullar, cerca de duas décadas antes:

“Quando passava pela rua principal, encontrei, com surpresa, vários cegos conduzidos por outras pessoas e ao chegar ao cais deparei com cerca de setenta mulheres pobres, quase todas idosas, sentadas em frente do escritório do cônsul americano [...].

²¹ Ver “Última Hora – aprovado o projecto da nossa doca”, *O Faialense*, 1864, Julho 3 (48), p. 4.

²² As receitas impostas para a construção da doca seriam suspensas logo que a obra fosse concluída e amortizado o empréstimo. Os membros da Junta eram escolhidos pelo Governo a partir de lista com doze nomes propostos pela Junta Geral do distrito da Horta. A Junta seria instalada a 29 de Março de 1865.

²³ Ver “Consulta da Junta Geral [1864]”, *O Faialense*, 1864, Dezembro, 18 (20), pp. 2-3.

Averiguando o caso, verifiquei que cada uma [...] recebia um subsídio semanal de Mr. Dabney, [...], que por esta forma generosa, acode, até certo ponto, à miséria que necessariamente nasce da falta de providências legais de auxílio dos pobres”²⁴.

Assim, face ao exposto, uma leitura atenta da imprensa faialense leva-nos a encontrar, com frequência, frases como as que se seguem: “Distribuíram-se bodos de pão e carne pela pobreza” ou “esmolas de milho pelos pobres necessitados da freguesia”²⁵; “são dignas, todas, as pessoas que concorreram para um acto tão filantrópico”²⁶.

Esta situação resulta do facto de, no concelho da Horta, ao longo da segunda metade do século XIX as subsistências – “NÃO HÁ MILHO!”²⁷ – se tornarem numa preocupação fundamental, por que não dizê-lo numa dor de cabeça constante, das autoridades locais, sobretudo nos períodos de maior penúria, o que pode ser comprovado pela leitura do relatório do governador civil, Júlio de Castilho, para o ano de 1877, que, pela sua importância, não duvida em dar-lhe o primeiro lugar dos assuntos constantes do mesmo, a que atribui a designação de “questão das subsistências”²⁸.

No entanto, apesar do governador Civil Santa Rita reconhecer que no concelho da Horta não “existia uma extrema e avultada miséria”²⁹, não se deixava

²⁴ Cf. Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores* [...] já cit., p. 160.

²⁵ Cf. *O Faialense*, 1883, Maio 20(42), p. 3. Ver, ainda, *O Faialense*, 1864, Abril 17(37), p. 4.

²⁶ Cf. *O Faialense*, 1860, Junho 17(47), p. 4.

²⁷ Cf. *O Incentivo*, 1858, Janeiro 30(52), p. 1.

²⁸ As principais crises de subsistência nas ilha do Faial e Pico: 1846, moléstia da batata; 1847, falta de trigo e consequente aumento do preço; 1852, doença das vinhas do Pico (*oidium*) e dos laranjais (lágrima ou *gomose*); 1855 e 1856, carestia do preço dos cereais; 1857, 1858, 1859, 1862 e 1864, falta de géneros e aumento dos preços; 1882, crise cerealífera devido à escassez de água. Sobre o assunto, ver António Lourenço da Silveira de Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, II vol., edição fac-similada da edição de 1871, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, pp. 240-241; Visconde Júlio de Castilho, *Relatório apresentado pelo Governador Civil do Distrito da Horta à Junta Geral Administrativa do Distrito na Sessão ordinária de 1877*, Horta, Tipografia Hortense, 1877, p. 4. Esta realidade seria ficcionada por Silva Peixoto em “Ano de Fome. Monólogo de uma Mãe”, in Carlos Lobão [org.], *Às Lapas. Contos e Narrativas Faialenses*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1988, pp. 232-236, em que conta a história de uma mãe que vê o seu filho morrer, enquanto esperava a chegada do milho da América na barca dos “sor’s Dabnes”.

²⁹ Cf. BPAJG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*, pp. 58-60.

de admitir a existência, “nem podiam deixar de existir”, de pessoas pobres e de indigentes que, para sobreviver, teriam que recorrer à caridade pública³⁰, como se pode ler no seu relatório de 1867. Isto confirma que o trabalhador oitocentista seria “sempre potencialmente um pobre” (carência estrutural e excludente), engrossando, por isso, ora as classes desvalidas ou indigentes, ora a emigração³¹.

Face ao exposto, perguntamos quem seriam estes pobres, estes mendigos? Em primeiro lugar, todos os que não podiam assegurar o seu sustento – velhos enfermos (em particular os recolhidos no “Asilo de Mendicidade”), alienados, inválidos e crianças, muitas delas órfãs, que pelas ruas estendiam a mão. De acordo com números avançados no relatório supra, existiriam no concelho da Horta 371 pobres que viviam da caridade pública e 119 pobres que mendigavam³².

Depois, os pobres hábeis para o trabalho, mas sem meios de se sustentarem e aos seus dependentes – desempregados, mães indigentes, viúvas e trabalhadores com prole numerosa. Neste contexto, *O Atlântico* alerta numa das suas edições para a situação de uma mãe e dos seus quatro filhos inocentes privados de conforto e sustento, que viviam na Travessa do Cano. Perante a situação, implora “a protecção pública para semelhante desgraça”³³. Outro exemplo, desta realidade, é-nos ficcionado por Manuel Garcia Monteiro que conta, n’*A Surpresa*, a história da tia Ana “Morcega”, que após a morte do marido, o “tio Manuel Morcego”, um cesteiro, vinha “de ordinário à quinta-feira, à cidade pedir esmola”. Após a fuga do neto para a América, conheceria ainda mais toda “uma série de privações e vivia na miséria”³⁴.

Finalmente, os falsos pobres, os vagabundos e os “pobres envergonhados”³⁵, gente muitas vezes apta para o trabalho mas voluntariamente ociosa.

³⁰ Cf. *Ibidem*, p. 58.

³¹ Cf. Maria Antónia Lopes, “Os pobres e a assistência pública”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 501.

³² Cf. BPAJGG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*, pp. 58-60.

³³ Cf. *O Atlântico*, 1872, Novembro 21 (23), p. 4.

³⁴ Cf. Manuel Garcia Monteiro, “A Surpresa”, in Carlos Lobão [org.], *Às Lapas. Contos e Narrativas Faialenses*, já cit., pp. 91-93.

³⁵ Os pobres envergonhados eram “pessoas que, tendo vivido na abastança, perderam as suas fontes de rendimento, não se atrevendo, por razões culturais, a exercer certos ofícios ou a mendigar”, cf. Maria Antónia Lopes, “Os pobres [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, p. 502.

Sobre este assunto, tanto John Pierpont Morgan, aquando da sua estadia na Horta em finais de 1852, como jornal *O Faialense*, em 1859, não deixariam de constatar que o número de necessitados e de indigentes não tinha a ver apenas com as calamidades naturais, resultava também da indolência, da vadiagem e da natural preguiça daqueles que, sendo, muitas vezes, gente robusta e saudável, se faziam passar por mendigos: “As pessoas são realmente muito pobres e muito preguiçosas. Andam por aí a pedir esmola e é muito difícil andar pelas ruas sem ser abordado várias vezes com pedidos de dinheiro ou comida”. Esta situação, que o jornal não deixaria de censurar de forma aberta e veemente, e que confirma o que se transcreve de Twain, contribuía para que os verdadeiros indigentes não recebessem as suas esmolas que lhes eram roubadas pelos vadios, isto é, o que antes era necessidade com o tempo degeneraria em vício ou ofício, sobretudo em época de carência de subsistências³⁶, porque não só continuariam a naquele meio de vida, como a importunar a sociedade com o seu constante estender de mão.

A chamada de atenção d’*O Faialense* para estes pobres fingidos, em particular das famílias inteiras que vinham do Pico para a Horta mendigar e a necessidade de combater o fenómeno levariam o governador civil, Santa Rita, a estabelecer pelo “Alvará” de 2 de Outubro de 1871, que “a partir de 15 de Novembro é expressamente proibido pedir esmola”, indicando, para o efeito, as razões que impediam o acto de pedir³⁷.

Paralelamente a esta situação, é notória a preocupação para com crianças desvalidas e abandonadas (expostas).

Neste caso particular, destacamos a fundação, em 28 de Dezembro de 1858, do “Asilo de Infância Infância Desvalida”, instituição que passaria a receber crianças expostas e desvalidas do sexo feminino (crianças pobres com família, cujos pais, órfãos de fortuna, as não podiam sustentar de forma conveniente, apresentando por isso uma existência miserável e sem protecção; ou então filhas de pais falecidos, sem outros familiares que as socorressem). Com a sua existência, a Horta passava a dispor de instituição que podia albergar, dar assistência, sustento e vestuário e educar crianças do sexo feminino, compreendendo em primeiro lugar a educação religiosa e depois a literária, tudo sob a orientação de uma directora interna.

³⁶ Sobre o assunto, ver “Gazetilha (Mendicidade)”, *O Faialense*, 1859, Agosto 7(2), p. 2; Joseph C. Abdo, *No Limiar da História*, Lisboa, Tenth Island Editions, 2006, p. 283.

³⁷ Sobre o assunto, ver “Mendicidade”, *O Tribuno*, 1871, Outubro 30(10), pp. 1-2.

À data da abertura, entraram para instituição seis crianças³⁸. Em 1867, aquando da passagem de Twain pela Horta o Asilo tinha dezassete educandas a seu cargo³⁹.

Outro fenómeno decorrente da pobreza e da miséria das populações da ilha do Faial, foi a emigração – legal e clandestina – que entre períodos de maior ou menor intensidade, até ao fim do século XX, condicionou o crescimento demográfico da ilha e o seu desenvolvimento económico, social e cultural⁴⁰, e que não deixaria de constituir outra preocupação constante das autoridades. Em 1902, Manuel Garcia Monteiro, que em 1884 deixara o Faial com destino aos Estados Unidos, em “Carta aos meus Conterrâneos”, escreve: “No Faial nasceu há anos uma admiração por coisas americanas que rapidamente se transformou na mania de vir viver para o lugar onde essas coisas se produzem”⁴¹. Por este testemunho verificamos que, a partir da segunda metade de Oitocentos, se processa uma mudança na direcção do fenómeno emigratório açoriano, e em primeiro lugar nas ilhas do distrito da Horta: o Brasil que até aí constituía o destino prioritário, cede gradualmente lugar aos Estados

³⁸ Cf. BPAJG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*, p. 61. Sobre o assunto, ver *O Faialense*, 1859, Janeiro 9(24), pp. 190-191; “Comemorando o 1.º Centenário do Asilo de Infância Desvalida”, *Correio da Horta*, 1958, Dezembro 28 (n.º especial, sem numeração).

³⁹ Entre 28 de Dezembro de 1858 e igual data de 1958, o Asilo recebeu 400 asiladas, sendo 256 da ilha do Faial, noventa e quatro da ilha do Pico e cinquenta de diversas proveniências, cf. Carlos Lobão, *História, Cultura e Desenvolvimento numa cidade insular. A Horta entre 1853 e 1883*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010, p. 178.

⁴⁰ Cf. Artur Boavida Madeira, “A Emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, p. 295. Sobre o assunto, ver Urbano Bettencourt, *Emigração e Literatura. Alguns Fios da Meada*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta/Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1989; Luís Mendonça e José Ávila, *Emigração Açoriana (séculos XVIII a XX)*, Lisboa, 2002; Susana Serpa Silva, “Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central em Meados do Século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp. 275-283.

⁴¹ Cf. Manuel Garcia Monteiro, “Carta aos meus conterrâneos”, *O Faialense*, 1902, Outubro 5 (153), p. 1.

Unidos, e “para as baleeiras”, como por vezes se lê nos livros de registo de passaportes⁴².

Todavia, o declínio de saídas para o Brasil não foi um corte radical.

Em 1867, deixaram a ilha do Faial 457 indivíduos, sendo 332 masculinos e 225 femininos, assim distribuídos pelas treze freguesias da ilha do Faial e pelos seguintes destinos, como se pode ver respectivamente nos quadros 3 e 4:

QUADRO 2
Distribuição por freguesia de residência

Freguesias	Total
Conceição	37
Matriz	63
Angústias	43
Feteira	52
Castelo Branco	52
Capelo	25
Praia do Norte	6
Cedros	57
Salão	29
Ribeirinha	20
Pedro Miguel	25
Praia do Almoхарife	15
Flamengos	31
Faial	2
Total	457

FONTES: BPARJJG, *Governo Civil*, Livro de Registo de Passaportes, 1859-1867, fls. 111v-130; 1867-1876, fls. 1-11.

⁴² Em 1862, registámos quatro casos de naturais da ilha do Faial: Tomás Francisco (Cedros), Manuel Vieira da Silva (Matriz), António Pereira (Angústias) e João Ferreira (Flamengos), cf. BPARJJG, *Governo Civil*, Livro de Registo de Passaportes, 1859-1867, fls. 50v- 51. O governador civil Santa Rita afirma, no seu relatório de 1867: “A emigração neste distrito para o Brasil e para os Estados Unidos da América do Norte tem tomado algum incremento nestes últimos anos”. Cf. BPARJJG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*, pp. 58-60.

QUADRO 3
Distribuição por país de destino

País	Brasil	Estados Unidos	Outros	Total
Total	319	124	14 *	457
%	69,80	27,14	3,06	100

FONTES: BPARJG, *Governo Civil*, Livro de Registo de Passaportes, 1859-1867, fls. 111v-130; 1867-1876, fls. 1-11.

* Viagens de negócios e de recreio [França, Inglaterra e Itália].

Por outro lado, e em paralelo com a emigração legal, quantificada e controlada, verificamos uma intensa vaga de emigração clandestina, – de salto pela calada da noite –, como se pode ler na carta de Joaquim José de Andrade, da freguesia da Praia do Almojarife, que deixaria a ilha a bordo da barca baleeira *Kathleen* em Outubro de 1880: “Participo à minha triste mãe que embarquei na ponta Furada [freguesia da Feteira], na noite em seguida que eu me apartei da minha boa mãe em frente à Glória”⁴³.

À denúncia persistente da emigração clandestina, que, pela sua própria natureza, nos impede de quantificar, as autoridades contrapunham a falta de fiscalização e a geografia do distrito, cuja extensão das suas costas oferecia comodidade a prontos embarques e desembarques, os quais se tornariam quase impossível prevenir o que, por outro lado, facilitava o papel dos engajadores e do contrabando de tabaco⁴⁴.

Para obstar a esta situação, verificamos, através da leitura dos relatórios dos governadores civis, que a fiscalização só poderia tornar-se efectiva se existisse um pequeno vaso de guerra e se os inquéritos sobre os infractores fossem comprovados, permitindo assim uma pena exemplar.

⁴³ Carta escrita da ilha Brava, Cabo Verde, com data de 12 de Outubro de 1880, e que nos foi gentilmente cedida pela família.

⁴⁴ Sobre o contrabando de tabaco, pode ler-se n’*O Faialense*, 1878, Junho 23 (43), p. 4: “Levou 3 dias o julgamento da causa do tabaco apreendido a bordo da barca inglesa ‘Fanny Lewis’. O capitão do navio, que estava preso, foi condenado na multa do quádruplo dos direitos do tabaco apreendido que montou à quantia de 666\$400 réis. O tabaco arrematado perante a alfândega, rendeu 180\$812 réis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações “menos abonatórias” feitas por Mark Twain, sobre os Açores e sobre o Faial, não podem deixar de serem entendidas como uma consciência diferente da do outro, porque representam a descentralização de um mundo, de uma realidade, isto é, ao interferir numa determinada existência provoca nos seus sujeitos uma reflexão sobre a sua realidade humana, social e histórica, porque ao reagirem demonstram que não ficaram indiferentes e que não são seres isolados e de consciência irreflexiva.

Então, o olhar de Mark Twain o que nos mostra?

Primeiro, a sua descrição testemunha uma determinada visão do mundo (mesmo que distorcida), isto é, um Eu que olha o Outro, necessariamente a partir de si.

Depois, ao olhá-la sobre a influência da modernidade, da qual a Horta ainda estava longe, o que motivava uma impressão de “estranheza”, de “exotismo” e de “barbárie” sobre quem a visita.

Finalmente, esta imagem do Outro, do que vem de fora, torna-se importante porque aborda aspectos que muitos vezes os naturais não se apercebem ou como confessa o articulista de *A Folha Insulana* “que, por entre o acervo de mentirolas avinhadas do sr. Mark, alguma coisa há de verdadeira”, o que nos leva a deixar a seguinte pergunta: Que imagens de Portugal e dos Açores circulam no estrangeiro na segunda metade de Oitocentos?

